

# Os frutos de uma viagem

Ao término, praticamente, da visita do presidente eleito aos principais países credores do Brasil, pode-se já fazer um balanço dos resultados que alcançou, aliás muito positivos desde que permaneçam atrelados aos objetivos propostos.

Não se trata — conforme já esclarecemos — de uma viagem tendente à conclusão de negócios, mesmo porque tal somente poderá ocorrer após a posse do sr. Fernando Collor de Mello. Pretendia apenas o visitante conhecer os chefes de Estado que representam os maiores parceiros do Brasil; informá-los das grandes linhas que seu governo pretende seguir e, essencialmente, conhecer as reações dos seus interlocutores. Neste sentido, seus propósitos foram plenamente alcançados.

Tem sido certamente difícil ao presidente eleito descrever aos seus anfitriões um Brasil que nos últimos dias entrou em fase de total descontrole da economia. A acolhida que lhe foi dispensada em todos os países que visitou demonstra, pelo menos, que, ao contrário do que temia, não se perdeu ainda a esperança de que o Brasil volte a ocupar um lugar de relevo no cenário internacional. Foi, aliás, o que deu a entender o sr. Richard Melton, embaixador dos EUA no Brasil, após a estada de Collor de Mello em seu país: "Seria um grave erro considerar o momento atual de dificuldades econômicas do Brasil como uma situação permanente ou mesmo algo que continuará por um período significativo". Tal impressão foi, sem dúvida, compartilhada por todos os interlocutores do futuro presidente na sua viagem, o que lhe permitirá voltar ao País ainda mais convicto de que não poderá decepcionar nossos parceiros, ora confiantes em nossa rápida recuperação.

Três temas principais têm sido abordados nessa viagem: a defesa da ecologia, o pagamento da dívida externa e a retomada dos investimentos estrangeiros. Pode-se deixar de lado o primeiro tema, assinalando-se apenas que o sr. Collor de Mello verificou, nesse particular, que os países industrializados se dispõem a associar-se aos esforços do Brasil para preservar um patrimônio internacional, o que

significa que se entendeu perfeitamente no Exterior que um país como o nosso tem direito a uma ajuda que lhe permita manter essa riqueza, levando-se em conta que a miséria não autoriza a renúncia a certas explorações condenáveis.

Já a discussão da dívida externa é essencial ao futuro presidente, por ter dado, durante sua campanha eleitoral, particular ênfase a esse problema, embora não seja ele, certamente, tão grave quanto aquele provocado pela situação interna do País. Provavelmente, foi esta parte mais interessante dos seus contatos, porquanto verificou, ao ouvir seus interlocutores, que se vêm colocando erroneamente o problema da dívida externa.

Possivelmente influenciado pela propaganda esquerdista, o candidato Collor de Mello havia, aparentemente, optado por um meio-confronto, pensando em retirar dos empréstimos externos o aval do Tesouro Nacional e prefixar o montante dos juros numa porcentagem do PIB, para manter uma renegociação "soberana". Todavia, nestes seus atuais contatos com políticos e banqueiros, Collor, agora, certificou-se de que um diálogo sem preconceitos pode oferecer melhores resultados. Os credores estão conscientes de que o Brasil, não dispondo do mesmo privilégio dos Estados Unidos (o de emitir dólares), não pode pagar mais do que tem, não podendo também a transferência de recursos ao Exterior constituir um freio ao desenvolvimento, o que não significa que se deva suspender o serviço da dívida externa. Verificou o sr. Collor de Mello que os credores, com a ajuda dos organismos oficiais e do Tesouro de cada Estado, estão prontos para buscar uma solução aceitável por ambas as partes. O presidente dos Estados Unidos, ao dizer que o Plano Brady poderia se transformar em Plano Bush, deixou claro que uma revisão do primeiro é perfeitamente factível.

Recebeu, futuro mandatário, dois avisos transparentes. Qualquer renegociação deve passar por um acordo com o FMI. O que não implica, porém, a aceitação passiva das imposições do "capitalismo internacional", mas a discussão, com os peritos

da instituição, de um programa de reajuste interno capaz de criar um clima favorável a uma reintegração do Brasil na comunidade financeira mundial. O objetivo de uma renegociação não é o de não pagar a dívida, ou pelo menos seu serviço, mas sim o de encontrar um meio que ofereça a certeza de que haverá um retorno do fluxo de capitais em favor do Brasil. Nessa direção existem muitas opções: refinanciamento, recompra de uma parte da dívida, redução das taxas de juros, conversão do débito em capital de risco etc... O êxito da renegociação depende, porém, de um programa de ajuste sério, o que não é só do interesse dos credores mas também de um país que não pode viver com uma inflação de 70% ao mês.

Diz o segundo aviso que o Brasil não pode deixar de honrar seus compromissos com os organismos internacionais ou nacionais de crédito (Bird, BID, Clube de Paris etc...). Trata-se de regra sagrada se pretendemos lograr o apoio indispensável, desses organismos que no passado foram-nos grandes fontes de recursos.

O Brasil continua a atrair, e muito, os investidores estrangeiros pelo que se cuida neste exato momento, da criação, na França, de um organismo especial destinado a incrementar os investimentos privados em nosso país. Todavia, não se pode esperar que tal aconteça antes que o programa apresentado pelo presidente eleito — aliás muito bem recebido — seja efetivamente implantado.

Impressionou superiormente os interlocutores de Collor a modernidade de suas posições: sua repulsa às reservas de mercado, sua vontade de abrir nossa economia, sua consciência da importância do problema representado pelo atraso tecnológico do Brasil e, especialmente, sua firme decisão de fazê-lo ingressar no Clube das potências industriais, mediante o abandono de um terceiro mundismo desgastado.

O presidente eleito regressará fortalecido à Pátria, sabedor do que pensam nossos credores e os investidores em potencial. Deverá agora demonstrar, aqui, que estaremos à altura de nossos compromissos.